

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 17, julho a dezembro de 2006

RIO SUBAÉ: UM CASO DE ESCOLA?

Antonio Vilas Boas¹

RESUMO

A ânsia desmedida pelo lucro transformou muitas das empreitadas realizadas pelo homem como as maiores responsáveis pelos desajustes ambientais dos quais temos sido vítimas potenciais. O caso das nascentes do rio Subaé, na microrregião de Feira de Santana-Bahia, é um dos exemplos significativos do quanto tais investidas, propagadas como indispensáveis para o desenvolvimento de uma região, podem, contrários aos seus discursos, aumentar o já crescente quadro das desigualdades sociais. Denunciar essas mazelas e, principalmente, educar a sua comunidade no sentido de conscientizar-se da necessidade de mudanças em relação à problemática dos recursos naturais, com destaque para o problema da água, tem sido o trabalho constante do Colégio Santo Antonio, localizado naquele município. Mostrar como esse trabalho, permeado por barreiras, dificuldades, envolvimento, mas, sobretudo sonhos de um ambiente mais saudável é concretizado, é o nosso objetivo principal.

Palavras-chave: participação; educação; recursos naturais.

ABSTRACT

The immoderate anguish for the profit transformed many of the task works accomplished by the man as the largest responsible for the environmental maladjustments of the which we have been sacrifice potentials. The case of the East of the river Subaé, in the microrregião of Fair of Santana-Bahia, is one of the significant examples of the as such lunges, spread as indispensable

¹Licenciado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade do Estado da Bahia; Professor da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado da Bahia e Mestrando em Educação e Contemporaneidade pela UNEB - Campus I. Endereço para correspondência: Rua Vinte de Outubro nº. 07, Centro - 44245.000 Conceição do Jacuipe, BA.E-mail: vilasboas2003@ig.com.br.

for the development of an area, they can, contrary to their speeches, to increase him/it already crescent picture of the social inequalities. To denounce those sore spots and, mainly, to educate his/her community in the sense of becoming aware of the need of changes in relation to the problem of the natural resources, with prominence for the problem of the water, it has been the constant work of the Colégio Santo Antonio, located in that municipal district. To show as that work, permeated by barriers, difficulties, involvement, but, above all dreams of a healthier atmosphere are rendered, it is our main objective.

Keywords: participation; education; natural resources.

A PROBLEMÁTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS E A ESCOLA: ALGO EM COMUM?

O século XX foi promissor quanto a estudos que contemplassem abordagens relativizadoras em relação aos fenômenos investigados. A crítica feita ao comportamento da Ciência Moderna desembocaria em estudos e incursões que permitiram a emergência de um pensamento holístico, livre das amarras limitadoras, desprovidas do mecanicismo e unilateralidade que tanto caracterizaram os pilares do conhecimento moderno e aberto à complexidade que caracteriza a própria dinâmica das realidades sociais historicamente construídas.

As construções científicas elaboradas no decorrer da história acabaram por formar campos polarizados onde determinados modelos de educação e desenvolvimento são forjados e acabam influenciando as ações dos homens. Segundo Capra (1982, p. 37), “essa atitude, conhecida como cientificismo, é muito difundida e impregna nosso sistema educacional e todas as outras instituições sociais e políticas”. São concepções pautadas pelo dogmatismo das ações e estas desvinculadas de uma atenção adequada ao meio ambiente e às condições sociais da maioria da população.

Com Einstein, vemos ruir pilares tão solidamente alicerçados e a partir daí concepções que dão lugar a visões mais abertas, plurais, que consideram as circunstâncias e as subjetividades das ações bem como dos sujeitos históricos que as protagonizam. Nesse contexto, procura-se deseconomizarem-se os conceitos de educação e desenvolvimento e, com o passar dos tempos, atrelar a este último a sustentabilidade social. Desenvolve-se uma unanimidade de que o desenvolvimento deve atender o momento atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras, algo, contudo, que gera dúvidas. Para Nunes ([s/d], p. 12) “quando um conceito tem uma aceitação geral, pode acontecer à manipulação de um conteúdo evidentemente sério, que se apresenta camuflado na maioria de suas aplicações”.

A instituição de um comportamento consumista alicerçado no discurso da modernidade parece não ter conseguido produzir uma maior solidariedade entre os povos. A tão propalada

idéia de que aumentando a riqueza, se reduziriam, por conseguinte, as desigualdades sociais não encontraram o seu correspondente no dia-a-dia dos povos e nações. Contrariamente a tudo isto, o fosso entre ricos e pobres tem aumentado devido, sobretudo, a uma concentração injusta e desigual da renda nas mãos dos primeiros, enquanto o índice de pobreza tem se alargado de maneira intensiva.

Isso significa que o pensamento econômico conseguiu sobrepor-se à lógica de uma qualidade de vida menos injusta e mais digna. A maximização do lucro tornou-se voraz e desconsidera obstáculos à sua frente que possam constituir-se como elementos inibidores de sua reprodução. A exploração, não somente dos recursos naturais, mas, também, do homem pelo próprio homem, reduziu este a uma condição de mero apêndice de um sistema maior que pauta as ações humanas numa racionalidade exclusivamente instrumental.

Caminhamos, dessa forma, em direção à construção de uma sociedade onde impera valores puramente utilitaristas, movida pela racionalidade instrumental que se encarrega de fazer ruir os outros pilares da modernidade. Nesse contexto, fragmentamos o saber, reduzimos a percepção acerca da realidade e abtemo-nos de uma compreensão holística acerca da vida dado a proeminência de concepções fundadas na linearidade. O processo civilizatório tão decantado pela modernidade contrapõe-se, assim, a idéia de desenvolvimento sustentável, e este visto aqui...

como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades, e (...) o processo de cambio no qual a exploração dos recursos, a orientação tecnológica e a modificação das instituições estão acordes e acrescentam o potencial atual e futuro para satisfazer as necessidades e aspirações humana (RELATÓRIO BRUNDTLAND, apud, SANTOS, 2002, p. 266).

Esta incompatibilidade, que não é apenas teórico-metodológica, atinge o meio no qual estamos inseridos, dentre eles o ambiente, tendo em vista que a apropriação dos recursos naturais se fez de forma desmedida e não levou em conta a possibilidade de superação e esgotamento destes. Privilegiou-se o processo produtivo em detrimento de tantos outros. Esse foi visto como forma de atender as demandas oriundas de uma sociedade pautada por relações hegemonicamente capitalistas.

Neste processo, o emprego da tecnologia como instrumento de acesso e extração dos recursos naturais se mostrou, na maioria das vezes, perversa. A rapidez com que se age sobre o meio-ambiente impede, na maioria das vezes, a consecução e execução de propostas com vistas a sua recuperação.

Os efeitos não poderiam ser tão perturbadores. A flora e a fauna emitem sinais de que a degradação pode “custar caro” ao futuro do próprio homem. O esgotamento do solo, a diminuição dos mananciais de água e de outros componentes vivos do ecossistema redundam em maior concentração populacional nas áreas urbanas, falta d’água e encarecimento quando não a falta de produtos para o consumo humano.

Nesse contexto emergem vozes que destacam a vulnerabilidade da natureza ante as ações predatórias do homem e ressaltam a necessidade de se pensar em diferentes formas de conceber o desenvolvimento, bem como destacam a intrínseca relação entre este e a preservação do solo, fauna e flora. Alcançar esse estágio requer mudanças que permitam reconhecer a inexistência de hiatos entre desenvolvimento e preservação do meio-ambiente e a partir daí se gestarem modelos de desenvolvimento sustentado que segundo Mininni-Medina (2001, p.37), sejam capazes de “conciliar as diversas lógicas econômico-sociais com os processos de sustentabilidade ecológica, objetivando a preservação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis e a melhoria da qualidade de vida do homem”.

Aqui, como percebemos, amplia-se a noção de desenvolvimento bem como a concepção do tipo de educação que o norteia. Ao sentido puramente econômico, fruto das relações de um sistema capitalista, acresce-se o cuidado com outras vertentes que configuram o espaço. Dentro desta conceituação há sinais claros de uma educação diferenciada daquela dos moldes tradicionais que visa à preservação e conservação do meio-ambiente.

Esta preocupação começou a se intensificar após o final da Segunda Guerra Mundial, quando a destruição causada por aquele conflito possibilitou a manifestação de inquietações em relação ao futuro da qualidade de vida da humanidade, resultando na realização de encontros e conferências, como a promovida pelas Nações Unidas em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, com a participação de delegações de 170 países que se comprometeram a lutar por um mundo mais justo e equilibrado. A partir desse encontro foi elaborada a Agenda 21, documento que explicita os princípios e intenções daquele evento com destaque para o papel da educação como instrumento

de construção de uma nova sensibilidade e visão do mundo, que se deve ampliar a todos os segmentos da sociedade.

Percebe-se, então, que existe certo consenso entre os membros da sociedade civil organizada que a educação – e nesta inclui-se a escolar - é uma das formas mais eficazes na destruição das barreiras sociais, no combate à desigualdade, na promoção, ascensão e formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, dentre eles, aqueles que possam fazê-los perceber-se...

como empreendedores e, como tal, venham agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; como participantes do governo ou da sociedade civil, saibam cumprir suas obrigações, exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e, como pessoas, encontrem acolhida para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social. (PCNs- MEIO AMBIENTE E SAÚDE, 1997, pp.25-6).

Corroboram tal afirmação alegando que vivendo o homem moderno numa sociedade caracterizada pela utilização da escrita, da cultura letrada, tornar-se-à difícil para esse mesmo homem sobreviver em meio a tal ambiente desprovido deste instrumento.

Ratificando concepções desta natureza, nossa legislação procurou cuidar da situação inserindo artigos, normas, decretos, portarias que garantam o acesso e permanência do indivíduo nas esteiras educativas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – L.D.B.-, também conhecida como “Lei Darcy Ribeiro”, inseriu artigos, principalmente no 2º, que deixa claro a responsabilidade e função da educação.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Pelo texto, a finalidade da educação é bastante ampla, ultrapassando as barreiras das posturas e concepções finalistas que queiram, porventura, reduzi-la ao mundo do trabalho. Para Santos (2002, p. 273) seria uma educação que “fugindo igualmente da utopia e da educação puramente instrumental, a educação para a cidadania deve fazer convergir os conhecimentos e as práticas”. Ainda que o universo do trabalho continue a ser contemplado, ele não parece ser, pelo menos juridicamente, um elemento determinista no processo de formação. Fica clara a opção pela

formação do educando com vistas à garantia da cidadania. Aqui, porém, surge um outro problema: afinal de contas, que tipo de educação está sendo oferecida com o objetivo de assegurar a construção de uma formação cidadã e qual seria esta cidadania que os currículos e as práticas escolares estariam a construir cotidianamente?

Para Segura (2001, p.44), “cidadania é o envolvimento individual na esfera pública (envolvimento político no sentido amplo, não somente partidário)”. Esse envolvimento implica segundo Santos (2002, p.273), “discutir seus interesses coletivamente (e) participar das decisões que lhe dizem respeito”. Portanto, desvincular a construção da cidadania dos espaços públicos de legitimação do conflito segundo Souza (2002, p. 274) seria “reduzi-la a uma prática meramente formal e iluminista”.

Novos atores, novos direitos, novas mediações e novas instituições redefinem o espaço das práticas da cidadania, propondo o desafio da superação das gritantes injustiças e da marcante e cada vez mais crescentes taxas de desigualdade social e econômica da sociedade brasileira, que traz como conseqüências a exclusão de grande parte da população no tocante à utilização dos bens públicos. Trata-se de uma noção de cidadania ativa, que tem como ponto de partida a compreensão do cidadão como portador de direitos e deveres, mas que também o vê como criador de direitos participando na gestão pública.

Superar as crescentes desigualdades significa reconhecer que os atuais modelos de desenvolvimento não têm conseguido minorar com problemas cruciais - como a fome e a miséria - de que grande parte da população tornou-se vítima – gerando-se, a partir daí, cenários sombrios que enfatizam o descrédito e a falta de perspectivas quanto ao futuro. Neste caso, a função da educação adquire mais relevância tornando-se indispensável quanto ao instrumentalizar a sua clientela no sentido de participar de forma ativa das decisões oriundas nas esferas dos poderes constituídos, legitimando a sua cidadania.

Neste sentido, Santos (2001, p.28) apresenta uma corrente de educação baseada na perspectiva planetária e que, portanto, difere doutras assentadas no tripé ciência-técnica-sociedade. A partir dessa concepção, desenvolvimento e meio-ambiente não aparecem como categorias e/ ou realidades desarticuladas. Este seria considerado como:

o conjunto sistêmico dos elementos biofísicos do meio, necessários à vida e à qualidade de vida, como ar, água, solo, flora, fauna, ou criados pelo homem, tais como: arquitetura, tecnologia, organização racional do espaço (...) mas, também, como aqueles inseridos no centro de vida da

peessoa tornando-se um pólo de interação, base do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e moral do individuo (SANTOS, 2001, p.28).

Ao fazer isso, amplia-se o papel destinado à escola, passando a existir uma estreita vinculação entre acesso permanência e construção da cidadania. Ausentar-se desses espaços significa caminhar em direção à exclusão.

As propostas, entretanto, no sentido de relacionar a educação escolar à formação de sujeitos encontram, todavia, manifestações desfavoráveis dado o papel histórico que a escola desempenhou. Para alguns autores, esta agência estaria a serviço de projetos de ordem burguesa favorecendo a constituição e consagração de modelos econômicos e a reprodução da dominação.

Não há dúvida que essa ênfase não é gratuita e nem neutra. Por trás dessa relação, sempre defendida na constituição de uma nova ordem, há uma concepção do social e de sua constituição, há ideais políticos que não podem ser ignorados, há concepções e compromissos com a ordem social, e econômica, como o Estado e com um modelo de cidadania para as classes inferiores (BUFFA *et al.*1998, p. 34).

Outros, entretanto, vêem a educação como uma das saídas capazes de proporcionar aos indivíduos mudanças culturais, políticas e sociais, mas, sobretudo, transformações na maneira de compreender o mundo no qual estão inseridos.

a educação elitista forma os que mandam e os que obedecem. A perspectiva emancipatória da educação vai além do acúmulo de informações e visa a construção de uma sociedade sensibilizada e capacitada a romper os laços de dominação e degradação que envolvem as relações humanas e as relações entre a sociedade e a natureza (SANTOS, 2002, p. 273).

O que se depreende de tal afirmação é que o atual estágio da educação formal desenvolvido dentro das instituições escolares e de outros *lócus* de construção do conhecimento já não consegue atender e satisfazer à realidade na qual os mesmos estão inseridos, sendo necessário, segundo

retrabalhar o conhecimento, considerando a diversidade de cenários e a possibilidade de diferentes interpretações daqueles. Implica uma postura participativa e cidadã, para ajudar a construir uma nova sociedade. Encaixam-se nestas recomendações a educação para a cidadania e a educação ambiental, práticas estas que andam juntas: não se pode praticar uma sem a outra, embora não se confundam (SANTOS, 2002, p.273 apud, SEGURA).

Mas a dialética estabelecida entre uma educação para a cidadania e outra para o mundo do trabalho ainda se mostra vigorosa dentro dos espaços escolares. Os planejamentos, ora tendem a contemplar uma formação política, ora definem o setor produtivo como norteador das ações pedagógicas. Vivendo neste dilema, parece não se estabelecer um consenso em torno de tais idéias e se estabelecer um ponto final a essa dicotomia como se fosse possível a prática de uma sem a existência da outra, ou vice-versa.

Fugindo dessas interpretações bipolares, a educação defendida pelos conferencistas da Rio 92 não estaria limitada, apenas, aos espaços formais historicamente construídos como lócus de obtenção do conhecimento, e muito menos presa aos currículos formais elaborados pelos respectivos sistemas de ensino de cada país. Defende-se uma renovação de práticas, metodologias e conceitos que possibilitem difundir uma educação voltada para a sustentabilidade baseada na transformação da sociedade que deverá voltar-se segundo Mininni-Medina (2001, p. 45) para uma “redefinição de suas relações para com o meio ambiente, respeitando seus processos metabólicos no que se refere à contaminação, assim como a sua capacidade de repor os chamados recursos renováveis, [...] levando em conta o processo coletivo, e o bem comum”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, instrumento elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, que serve como um parâmetro para o sistema de ensino praticado no país, contemplam a questão do Meio Ambiente ao considerá-lo como um dos seus temas transversais.

No documento fica expressa a preocupação com os modelos de desenvolvimento gestados pelo sistema capitalista e que tem provocado desarmonias sociais e ambientais. Destaca, nesse contexto, a importância de se educar os futuros cidadãos brasileiros a partir de uma outra lógica que promova, ao mesmo tempo, o crescimento econômico aliado ao respeito pelo meio ambiente entre outras razões pelo fato do Brasil além de “ser dono de uma das maiores biodiversidades do mundo, ter ainda uma riqueza cultural vinda da interação entre os diversos grupos étnicos – americanos, africanos, europeus, asiáticos – o que traz contribuições para toda a comunidade” (PCNS-MEIO AMBIENTE E SAÚDE, 1997, p. 25).

As experiências práticas neste sentido, contudo, têm sido mínimas e mostram que a sociedade em geral ainda não se deu conta dos efeitos devastadores de que poderá ser vítima caso não se construa uma consciência sobre o meio ambiente e seus recursos.

PLANTANDO OUTRAS SEMENTES: ESTUDO DE CASO

Na contramão de todo esse processo, entretanto, têm surgido algumas iniciativas que buscam reverter esta distância entre a educação e as questões ambientais introduzindo esta última dentro da sua grade curricular e tornando-a parte do seu cotidiano e de suas práticas de ensino-aprendizagem.

Um desses exemplos é o Colégio Santo Antonio, tradicional instituição da rede privada de ensino localizado no bairro dos Capuchinhos na cidade de Feira de Santana. Fundado há exatos 49 anos para abrigar aspirantes à Ordem dos Capuchinhos, a citada instituição abriria, em 1962, as suas portas com o propósito de oferecer outras modalidades de ensino diferentes daquelas inicialmente concebidas. Neste mesmo ano, tem início o Ginásio e, sete anos depois, o Científico denominações dadas aos hoje conhecidos Ensinos Fundamental e Médio.

O Colégio Santo Antonio tem uma área de 24 mil metros quadrados e, além dos níveis já citados de ensino, destaca-se pelo oferecimento aos seus alunos de cursos de informática, modalidades esportivas e arte. Segundo a visão do Colégio, “por trás do conceito de educação, existe uma concepção de homem”. Pensando dessa maneira, o meio ambiente encontra-se inserido nas práticas pedagógicas da referida instituição, visando à construção do conhecimento que reconheça o ambiente como um meio intrínseco à sua própria existência.

Uma das ações neste sentido foi desenvolvida pelo Colégio no ano de 1998 quando o mesmo deflagrou uma campanha junto à comunidade escolar e extra-escolar com o objetivo de chamar a atenção para o estado de degradação das nascentes do Rio Subaé, que se situam no município de Feira de Santana.

A Bacia Hidrográfica do Rio Subaé encontra-se localizada no Recôncavo Norte, drenando parte dos municípios de Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Amélia Rodrigues, Santo Amaro da Purificação e São Francisco do Conde, numa área de 655 Km². O principal curso d'água desta bacia, o Rio Subaé, tem o seu ponto de nascente na chamada Lagoa do Subaé (bairro Subaé e Loteamento Parque do Subaé), no perímetro urbano de Feira de Santana, a sudoeste de sua sede no setor B do Centro Industrial do Subaé – CIS, servindo como corpo receptor de efluentes industriais do CIS e esgotos domésticos provenientes de vários bairros adjacentes. A Nascente do Rio Subaé caracteriza-se por ser uma área de lagoa, cortada pela Rodovia Br. 324, formada por aquíferos existentes tanto à margem direita como à margem esquerda desta, nas proximidades do km 100.



Figura 1- Curso do rio Subaé.

As interferências humanas na bacia do rio datam de vários anos e em Feira de Santana tomou corpo com o processo de urbanização e industrialização que o município baiano vem enfrentando nos últimos tempos. Tal fator tem provocado o uso e ocupação indevidos do solo às suas margens; desmatamento das reservas florestais ao longo do seu curso; utilização do mesmo como receptor de dejetos, sejam eles de natureza industrial ou residencial, dentre outras ações, causando o aumento da poluição ambiental, contribuindo para alterar a qualidade de vida da população. E isso se torna cada vez mais preocupante, principalmente no tocante aos recursos hídricos dada a necessidade constante da água para o consumo próprio bem como para o desenvolvimento do setor produtivo. Esta preocupação aumenta ao se analisar a situação climática do município que é parte de uma região considerada como polígono das secas, portanto carente de recursos naturais. Em razão disso, a utilização racional do rio é um fator imprescindível para o desenvolvimento da população feirense.

O Rio Subaé constitui um Patrimônio cultural e sócio-ambiental, provedor de recursos naturais para a comunidade na sua área de influência, especialmente Feira de Santana e demais municípios que o integram (...) e, considerando a importância socioeconômica e histórica torna-se imprescindível que haja uma sensibilização do problema e conscientização que promova a participação de todos os segmentos da sociedade em uma ação conjunta para garantir as gerações presentes e futuras a nascente e o rio no seu estado original (FLORES, 1997, p 2).

O trabalho desenvolvido pelo Colégio Santo Antônio partiu da necessidade de conscientizar a comunidade para estado de abandono e degradação do rio bem como para as consequências advindas deste processo, caso medidas de impacto não fossem tomadas a curto e longo prazo. O outrora elemento da natureza que propiciava aos seus usuários a coleta da pesca, bem como a

utilização de suas águas para o lazer, se vê, nos dias atuais, abandonado e sem perspectivas de recuperação.

Em razão disso, a direção, coordenação pedagógica, aliada a efetiva participação de professores e da comunidade estudantil, envidou esforços no sentido de propor medidas que busquem o resgate da identidade do rio.

Inicialmente, o problema foi tratado com os alunos e inserido nos conteúdos de cada disciplina. Os professores e alunos dedicaram-se a pesquisar e a fazer um levantamento de toda a situação do rio, abordando os aspectos históricos, geográficos, biológicos, artísticos, dentre outros. Realizada esta fase introdutória, outras estratégias ganharam corpo e todas elas devidamente articuladas com os conteúdos tradicionalmente trabalhados em sala de aula.

Uma das iniciativas seria buscar o apoio das autoridades dos diversos segmentos sociais, pois se via nesta oportunidade o momento de as ações deixarem a sua natureza reivindicatória e ganharem cunho de legitimidade. Para tanto, o então prefeito da cidade, o Srº Clailton Costa Mascarenhas, acompanhado de assessores, dentre eles o Secretário de Desenvolvimento e Meio Ambiente, compareceram ao fórum promovido nas dependências do Colégio que contaria, ainda, com a participação intensiva de pais, alunos e professores.

O objetivo, neste momento, além de deixar as autoridades cientes dos problemas por que passa o Rio Subaé, foi o de envolver um número maior de pessoas no evento, tal como conseguido, como pais e professores. Buscando ampliar as discussões em torno da temática do Rio Subaé, ao mesmo tempo em que entendia necessária a participação e conscientização da comunidade não envolvida diretamente nas atividades cotidianas da escola, o Colégio resolveu investir numa exposição fotográfica, áudio visual sobre as condições do Rio Subaé.

Montadas ao lado do prédio da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, precisamente no seu estacionamento, vários stands exibiam a história do rio bem como as suas atuais condições. Organizados por turmas da instituição escolar, os stands chamaram a atenção dos transeuntes por retratarem uma situação de tamanha importância para a vida humana e que até aquele momento mostrava-se desconhecida da maioria dos habitantes da cidade.

Nesta feira, outras personalidades se fizeram presentes com o objetivo de incentivar e colaborar para a divulgação e atendimento das reivindicações em torno do Rio Subaé. A conhecida santo-amarense D. Canô Veloso, presente ao ato, destacou a importância do mesmo e

declarou ser necessária uma atuação mais decisiva por parte das autoridades com vistas a “salvar” o rio Subaé de uma morte prematura.

Ao final do evento, foi redigido um manifesto endereçado ao então Ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause em que se destacava a necessidade premente de se tomarem medidas que evitassem a destruição de tão importante elemento da natureza.

A compreensão desenvolvida pelo Colégio Santo Antonio deixa crer a existência de um pensamento holístico, onde a natureza não está dissociada da própria existência humana e muito menos das suas atividades cotidianas, como historicamente as instituições, dentre elas a escolar, tentaram fazer crer, mas aponta para algo que lhe complementa, como num momento dialético. Sendo assim, iniciativas devem ser tomadas no sentido de transformar hábitos, costumes e percepções em relações ao ambiente, pois a má formação deles acaba gestando a crise ecológica que se desenvolve de forma avassaladora, desconhecendo territorialidades e disseminando perspectivas não animadoras, muito bem sintetizadas nas afirmações de (BECK, [s/d] p. 56) quando diz que “el movimiento que se pone en marcha con la sociedad del riesgo se expresa en la frase: Tengo miedo! Em lugar de la comunidad de la miseria aparece la comunidad del miedo”.

Num levantamento efetuado acerca das 22 ações implementadas pelo Colégio Santo Antônio no ano de 2002, cerca de 13 delas são direcionadas às questões ambientais, dentre as quais a participação na Semana Internacional do Meio Ambiente nos dias 04 e 05 de junho daquele ano, junto com a Empresa Brasileira de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), um órgão da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia. Nesta atividade, foram feitas exposições e debates sobre a Agenda 21; o lixo em Feira de Santana; reciclagem; situação das lagoas; Rio Subaé.

Num outro evento realizado no Shopping Iguatemi, na Avenida João Durval, nesta cidade, o colégio se destacaria ao fazer uma exposição sobre o Meio Ambiente, exposição esta que alcançaria outros espaços como o CETEB - Centro Tecnológico de Educação Básica e a Cervejaria Kaiser, também neste município.

Já numa análise do conteúdo programático para o ano de 2004, destacam-se inúmeras outras atividades que visam estimular o respeito ao Meio Ambiente e, portanto, à própria vida. Para tanto, serão desenvolvidas ações com as diversas séries, cada uma delas articuladas com os conteúdos discutidos em sala. No mês de março, por exemplo, destacaram-se ações no Dia Mundial da Água, com uma visita uma fonte conhecida como Fonte dos Milagres. Paralelo a isso,

acontece o Projeto do Lixo conhecido como Recicle; as Oficinas de Papel; oficinas de garrafas plásticas e a oficina de latas.

Até mesmo as excursões realizadas pelos estudantes têm um duplo papel. Propiciam o lazer e servem como possibilidade de estudos sobre o meio ambiente. Uma delas foi realizada para a cidade turística de Jorro onde aproveitou-se a oportunidade para desenvolverem-se estudos sobre as águas termais tão comuns naquele local.

Em 15 de novembro de 2003, outra excursão foi realizada por toda a comunidade estudantil. Denominado de Caminhada Ecológica, o roteiro estabelecido e percorrido contemplou lugares como a Bacia do Rio Subaé, a Gruta da Cátedra, a Gruta dos Morcegos, o Encontro dos rios Perauna e Sergí, a cachoeira da Mãe d'água e a bacia da Pedra Furada, bem como os queijos dos rios acima citados.

As áreas degradadas de Feira de Santana também merecem atenção por parte dos estudantes e professores do Colégio Santo Antônio. Cientes do aumento constante dessas práticas que resultam na destruição do ecossistema, são realizadas, em consonância com o conteúdo programático, aulas de campo que privilegiam esses locais.

A repercussão das atividades desenvolvidas pelo Colégio Santo Antônio no tocante às questões ambientais tem extrapolado os muros desta instituição de ensino. Os diários locais costumam dar destaque a tais investidas. Numa reportagem publicada pelo periódico local FOLHA DO ESTADO, na sua edição de 07 de agosto de 2001, ressalta-se a participação do colégio no movimento pela municipalização da água. Encabeçado pela Diocese local da Igreja Católica, o movimento contaria com a contribuição valiosa da entidade educacional quando da coleta das 23.100 assinaturas que constaram do documento entregue à Câmara de Vereadores manifestando a oposição dos signatários à privatização da água.

Outro momento em defesa da água foi motivo de cobertura da imprensa local. Desta vez, pais, alunos, professores e a direção do Colégio Santo Antonio foram às ruas protestar contra o tratamento dado às questões de natureza ambiental, destacando-se, neste caso a falta de compromisso das autoridades para com a problemática da água. Realizada no dia 23 de março de 2004 - data em que se comemora o Dia Mundial da Água- os manifestantes, após percorrerem vários quilômetros até o centro da cidade, fizeram um ato público em frente à Prefeitura Municipal de Feira de Santana onde cobraram das autoridades posições mais consistentes em relação ao problema da água.

oportunizar à população feirense participar dos serviços básicos e influenciar nas políticas públicas que afetam seu dia-a-dia, bem como a distribuição delas no orçamento municipal (...) esclarecendo o maior número de pessoas sobre o tema, alertando sobre a sua importância como cidadão responsável pela forma de desenvolvimento econômico do município, aliado à preservação ambiental, com o objetivo da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes” (FURIAN, 2000, p.9-10).

Mais que isso: as ações desencadeadas vislumbram uma perspectiva transformadora das realidades, não as vendo como algo estático, desprovidas do sentido de reversibilidade. Esta, contudo, não é fruto do individualismo de determinados heróis, mas deve ser construída com a cumplicidade de toda a comunidade escolar e aquela extra muros escolares. Nesse sentido, os projetos procuram acolher as inquietações que emergem do cotidiano, transformando-as em possibilidades de (re)construção do conhecimento e, ao mesmo tempo, de intervenção no meio físico-social.

No sentido acima esboçado, os projetos constituem os instrumentos da realização da liberdade individual, os espaços da iniciativa, da manifestação da criatividade, da invenção de possibilidades (...). Esse compromisso com a ação, que distingue decisivamente os projetos de sonhos, ilusões ou utopias, não deve, no entanto, contribuir minimamente para que se confundam projetos com meros planos, com instrumentos técnicos para a implementação das ações projetadas (MACHADO, 1997, p.97).

Dessa forma, o currículo não se torna um artefato engessado, afeito às opacidades e aos indícios que reclamam por transformações, muito menos se rende às atrocidades impostas por concepções e práticas que privilegiam a linearidade, o dogmatismo e o fechamento em redomas, especialmente aquelas construídas para eliminar com os ruídos considerados aniquiladores, mas que, conforme Macedo (2000, p. 58) “podemos dizer que o currículo tem carne e alma, isto é, movido concretamente por uma visão de homem e de mundo, bem como auto-eco organiza-se mediado por estas instâncias”.

Sendo assim, o currículo se move numa direção crítica, dialética e questionadora, inclusive de si mesmo, fazendo aflorar as suas vicissitudes. Nesse movimento, faz ecoar vozes que noutra momento seriam desconsideradas, dado à visão reducionista e preconceituosa construída em relação às mesmas.

QUANDO CONCLUIR É CONTINUAR CAMINHANDO

A despeito da situação de abandono a que historicamente foi relegada, a problemática do meio ambiente não deixou de se constituir num fator de preocupação para, inicialmente, alguns dos nossos intelectuais. Fruto de uma educação que concebia o meio como parte integrante da própria existência humana, e que, por isso, não se poderiam pautar ações outras desconsiderando-se os recursos naturais, muitos brasileiros estiveram a defender ações que visando preservá-lo.

Ainda que embrionárias para aquela época, mas, sobretudo, ousadas, levando-se em consideração o contexto em que viviam, estas atitudes haveria, tal qual a semente quando lançada num solo fértil e apropriado, de germinar, dando origem a poucas práticas, tão significantes que podemos perceber resquícios das mesmas motivando outras nos dias atuais.

Dentro deste contexto, a educação se apresenta como um dos instrumentos fundamentais na construção de uma consciência não somente preservacionista, mas e também, de questionadora das atuais bases de desenvolvimento econômico postas em práticas pelo capitalismo.

Saliente-se neste aspecto o trabalho desenvolvido pelo Colégio Santo Antônio. Esta instituição de ensino fundamental/médio -mesmo vivendo dentro de uma lógica capitalista, onde o mercado está a exigir pessoas providas de uma concepção que perceba o lucro como componente principal- pioneiramente no município onde está situada, procura demonstrar a impossibilidade de se desenvolverem práticas pedagógico-educativas que excluam o meio ambiente do seu currículo.

Não obstante às dificuldades intrínsecas a qualquer agência educacional, as propostas planejadas no início de cada ano letivo são desenvolvidas observando-se a articulação entre as mesmas e o conteúdos historicamente consagrados para aquisição do conhecimento. Ou melhor, na prática do Colégio Santo Antônio, o meio ambiente também é conteúdo, ou, mais que isso, é vida e neste sentido deve ser preservado.

As ações desenvolvidas pelo Colégio consideram o aluno como um sujeito ativo e, portanto, capaz de criticar e questionar a realidade da qual é parte. O seu envolvimento nas atividades demonstra que a condição de mero espectador não lhe satisfaz. Contextualizando os conteúdos trabalhados em sala com o cotidiano que o cerca, deixa-se de lado a mera transposição didática que permeia determinadas práticas educativas. Neste sentido, faz-se perceber que conteúdos não se restringem as apenas categorias, conceitos, mas a procedimentos, valores e atitudes que podem e devem tornar a compreensão acerca do mundo menos reducionista e

fragmentada. Busca-se conhecer não apenas pelo fato de que tal conhecimento possa um dia lhe ser útil, mas porque ele é capaz de alterar a sua realidade.

Isso, contudo, não tornam os “conteúdos tradicionais” como elementos amorfos, desprovidos de importância. Contrário a isso, eles se constituem a base de onde se apropria de informações que servirão para instrumentalizar o educando no processo de argumentação, questionamento, participação, enfim, do tornar-se cidadão.

Neste aspecto, o exercício da transversalidade, que segundo Oliva; Muhringer, (2001, p. 27), “diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade)” se torna bastante presente nas ações cotidianas da citada instituição de ensino.

Historicamente, as instituições de ensino adotaram práticas que a conservaram distantes da comunidade e dos problemas sociais, como se estes não lhes dissesse respeito. Desenvolveram-se ensino de processo ensino-aprendizagem descontextualizado da realidade vivenciada pelo próprio aluno. Para isso, contaram com arcabouços teóricos construídos pela racionalidade cartesiana que separava, fragmentava a realidade com o discurso de que somente assim seria melhor compreendê-la.

O contexto atual mostra que a tão propalada modernidade já não consegue dar conta da realidade, não atendendo as suas inquietações, resultando numa crise por muitos denominada de crise dos paradigmas, mas isso não implica afirmar que a existência de uma crise dos paradigmas se constitua conforme Santos (2001, p. 74), “num pântano cinzento de cepticismo ou irracionalismo”. Para este mesmo autor - utilizando-se da família como metáfora - a atual crise deve ser encarada antes de tudo como “o retrato de uma família intelectual numerosa e instável, mas também criativa e fascinante, no momento de se despedir [...] a caminho doutras paragens onde a racionalidade seja mais plural e o conhecimento uma aventura fascinante”.

Assim, os esforços depreendidos devem ser o de instauração de conhecimentos mais solidários, éticos e que contemplem a diversidade de atores e situações com as quais estamos envolvidos. A irreversibilidade dos atuais modelos explicativos das ciências modernas não pressupõe a percepção de que uma outra ciência tenha e deva ser criada para substituir o totalitarismo da atual. Para Santos (2002, p. 277), “é necessário construir outra ética e outra

política”. Talvez somente assim possamos eliminar com quaisquer hiatos que possam provocar entraves a compreensões menos reducionistas da realidade.

À proporção que cresce esta necessidade, amplia-se a importância do papel da escola e da educação na superação da crise. Como diz Santos (2002, p. 277) “o desafio atual é fazer com que a educação e a escola se convertam em vetor da solução das crises, muito especialmente através da educação ambiental, quer seja esta tornada realidade como um elemento do currículo, quer como nova e revolucionária reforma deste”. Ainda que embrionariamente, o Colégio Santo Antonio parece caminhar nesta direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Sueli Amália. Considerações gerais sobre a problemática ambiental. IN: BRASIL Ministério do Meio Ambiente. *Educação Ambiental: curso básico à distancia; questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas*. 2. ed. Brasília: MMA, 2001.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós. 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde*. Brasília: [s.ed]. v. 9. 1997.

_____. *Lei nº 9.394/96*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. L.D.B. Brasília: 1996.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Pablo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro. Itatiaia Limitada. 1985.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CONTRERAS, Joan Picas. La construcción social del subdesarrollo y el discurso del desarrollo. IN: BRETÓN, Victor; GARCÍA, Francisco; ROCA, Albert (org). *Los límites del desarrollo: modelos, ‘rotos’ y modelos ‘por construir’ em América Latina y África*. Barcelona: Içaria. s/d.

FURIAN, et alli. *Agenda 21: A Feira de Santana que queremos*. Feira de Santana. DIGITCOM, 2000.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. Indicadores de processo em educação para a sustentabilidade: enfrentando a polissemia do conceito pela vinculação. *Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 11, n.18, jul/dez. 2002.

FLORES, Lucilio. *A recuperação da nascente do Rio Subaé*. Disponível em: <<http://www.aeafs.com.br./jornal/edição1/p.7.htm>. Acesso em: 14 ago. 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição, São Paulo: Companhia das Letras; 1995.

MACEDO. Roberto Sidney Alves. Hermes re-conhecido: etnopesquisa crítica currículo e formação docente. *Revista da Faced*. Salvador: nº 2. 37-57, jun. 1999.

MININNI-MEDINA, Nana. Antecedentes históricos: conferências internacionais. IN: BRASIL Ministério do Meio Ambiente. *Educação Ambiental: curso básico à distancia; documentos e legislação da educação ambiental*. 2. ed. Brasília: 2001.

RONCARI, Luis. *Literatura Brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. São Paulo: Edusp. 1995.

NUNES, Eduardo. *Desenvolvimento regional sustentável: uma nova leitura sobre o meio ambiente*, (mimeo) {s/d}.

OLIVA, Jaime Tadeu; MUHRINGER, Sônia Marina. A introdução da dimensão ambiental no ensino formal. IN: BRASIL Ministério do Meio Ambiente. *Educação Ambiental: curso básico à distancia; educação e educação ambiental II*. 2. ed. Brasília: MMA, 2001.

ROSA, Antonio Carlos Machado. Aspectos Históricos da Evolução do Pensamento Ambiental e o Conhecimento Científico na Agricultura. IN: BRASIL Ministério do Meio Ambiente. *Educação Ambiental: curso básico à distancia; questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas*. 2. ed. Brasília: MMA, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O adeus as metanarrativas educacionais. IN:_____. *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Edvalter Souza. Educação e Sustentabilidade. *Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade*. Salvador, v. 11, n. 18, jul/dez. 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.